

MOÇÃO Nº 05/2018

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

A Vereadora Ilda Maria Agustini Trevisan, vem respeitosamente, depois de cumpridas as formalidades legais e regimentais, apresentar e requerer, se aprovada for, o envio de cópia da presente MOÇÃO DE APELO ao Presidente da Câmara de Deputados Exmo. Sr. Rodrigo Maia, para que não seja aprovada a Reforma da Previdência Social PEC Nº 287/2016.

CONSIDERANDO:

Autora Ilda Maria Agustini Trevisan, juntamente com as integrantes do M.M.C (Movimento das Mulheres Camponesas) da Regional de Descanso/SC, posicionam-se contra Reforma da Previdência, mesmo dando a entender que nada muda para os trabalhadores rurais. No entanto, o discurso não nos convence. Foi com muita luta e sofrimento do povo, em especial dos movimentos sociais, dentre eles o M.M.C. (Movimento das Mulheres Camponesas) e outras organizações, que foram conquistados esses direitos.

Falo em nome dos trabalhadores(as) rurais que começaram a trabalhar cedo, e é um trabalho permanente envolvendo todos os dias da semana, sem descanso aos sábados e domingos, nem feriados. Enfrenta-se fatores climáticos, pois não sabe se vai colher, enquanto não lhes são oferecido nenhum seguro agrícola e muito menos seguro desemprego, uma das razões do êxodo rural e empobrecimento.

Por isso somos contra a retomada de direitos, pois direito não se reduz, mas se amplia.

Conclamamos aos Srs. Deputados eleitos pelo voto do povo que votem contra a reforma da previdência e alimentem a ideia de que se o agricultor(a) não planta, a cidade não janta. Segundo dados do IBGE, a agricultura camponesa familiar, apesar de possuir somente 24% das terras agricultáveis, produz 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro.

Por isso, não admitimos que se fale que os segurados especiais sejam colocados como segurados individuais, onde que no ano de 2000 as mulheres do campo realizavam um acampamento nacional em Brasília, com um número de três mil mulheres, vindas de 22 estados brasileiros, com o objetivo de retirar de votação o projeto de lei que previa o fim da condição de segurados especiais e incluindo a contribuição individual acima dos 16 anos para cada membro da família rural.

“As mulheres comemoraram, pois a luta foi vitoriosa mostrando que a união faz a força e que a previdência é nossa e ninguém à tira da roça e que temos que ter um pé na roça e outro na estrada” (Dom José Gomes).

Sabemos também que FUNRURAL é o imposto que financia a seguridade social e que todos os anos tem sobrado dinheiro, pois é um tributo que o agricultor não deixa de pagar.

Além do FUNRURAL, COFINS, CSLL, PIS, entre outros, todos contribuem pro INSS. Custa acreditar que existe um rombo na previdência e/ou que este rombo seja por culpa dos agricultores (as). Existe sim a sonegação de impostos de grandes empresas que se encontram em dívida com a referida instituição.

Por isso não admitimos o fim da Previdência Pública e solidária.

Apelamos assim para que seja rejeitada na integridade a PEC 287/2016.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,
Descanso – SC, 23 de fevereiro 2018.

Vereadora (autora) Ilda Maria Agustini Trevisan